



Além disso, o Banco do Brasil hoje possui a missão institucional de oferecer linhas de créditos à agricultura.

Porém, os acionistas privados, com apoio do atual governo, procuram modificar definitivamente a orientação institucional do BB, o transformando em uma instituição financeira orientada exclusivamente para o atendimento dos interesses econômicos dos acionistas.

A chamada “reestruturação” anunciada é mais um passo no sentido de alterar os objetivos do Banco do Brasil, retirando definitivamente seu caráter público.

A proposta de reestruturação, que é um plano de desmonte da estrutura de atendimento à população, pretende dispensar por meio de um Plano de Demissões Voluntárias (PDV) mais de 5 mil funcionários, ou seja, 5,4% do quadro de pessoal do banco.

O PDV é composto por duas modalidades: o Plano de Adequação de Quadros (PAQ) e o Plano de Desligamento Extraordinário (PDE). O PAQ trata da transferência de funcionários entre agências e setores do próprio banco, com incentivo a demissão e com a possibilidade de perdas salariais decorrentes dessas mudanças. Já o PDE é um incentivo ao desligamento dos funcionários que atendem os pré-requisitos e possui o prazo máximo de 5 de fevereiro para adesão.

O PDV não afeta apenas os funcionários que realizam a adesão, significa sobrecarga de trabalho para os que permanecem e extinção de vagas, uma vez que são postos que deixaram de existir permanentemente.

A “reestruturação” estabelece alteração em 870 pontos de atendimento do BB. 243 agências serão transformadas em postos de atendimento e 8 postos em agências, 145 unidades de negócios serão convertidas em Lojas BB e ainda serão criadas 28 unidades de negócios. O saldo desta mudança será 112 agências, 242 postos de atendimento e 7 escritórios, ou seja 361 unidades fechadas permanentemente.

A “reestruturação” também prevê o fim do pagamento contínuo da gratificação de caixa, estes funcionários passaram a receber como escriturários, que é a função de entrada do banco, com salário significativamente mais baixo.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPUTADO FEDERAL JOÃO DANIEL PT/SE

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - CAPADR

Já com o fechamento de agências e a mudança para postos de atendimento, funções gerenciais serão extintas. O panorama geral dos funcionários que permanecerem empregados será uma realidade com menor remuneração e maior volume de funções.

Por outro lado, afeta também os trabalhadores e trabalhadoras terceirizados e que atuam no próprio Banco, além de atividades paralelas ao funcionamento dos postos, afetando a economia dos municípios objetos da desestruturação. Ainda se deve considerar que os clientes dos postos desativados terão que deslocar-se para outras localidades para realizar operações presenciais, como saques e pagamentos, com prejuízos ao comércio local e riscos para os próprios clientes,

A realização dessa audiência pública com a participação das entidades que representam os agricultores será de grande importância para debater a proposta de reestruturação do Banco do Brasil e seus impactos para a produção agrícola do nosso País e os reflexos na vida dos seus associados. Por essas razões, apresento o presente requerimento.

Sala da Comissão, em de março de 2021.

João Daniel

Deputado Federal PT/SE

Marcon

Deputado Federal PT/RS

Valmir Assunção

Deputado Federal PT/BA

Patrus Ananias

Deputado Federal PT/MG

Apresentação: 22/03/2021 14:03 - CAPADR

REQ n.6/2021

Documento eletrônico assinado por João Daniel (PT/SE), através do ponto SDR_56179, e (ver rol anexo), na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



* C D 2 1 2 3 3 3 3 0 6 2 0 *



Requerimento

(Do Sr. João Daniel)

Requer realização de audiência pública para debater a proposta de reestruturação do Banco do Brasil.

Assinaram eletronicamente o documento CD212333306200, nesta ordem:

- 1 Dep. João Daniel (PT/SE)
- 2 Dep. Valmir Assunção (PT/BA)
- 3 Dep. Marcon (PT/RS)
- 4 Dep. Patrus Ananias (PT/MG)